

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação das atas n.º 61 e 62 das reuniões ordinárias de 27 de maio e 12 de junho de 2024.**

XIII MANDATO

ATA N.º 61/2024

Reunião Ordinária Pública de 27 de maio de 2024

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e quinze minutos, no Auditório da Junta de Freguesia de Arentim, situado na rua vinte cinco de abril, número dez, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS), **Diogo Rocha Cunha** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou a Vereadora **do PS, Helena Teixeira**, que questionou o executivo sobre as intervenções previstas nas vias e estradas da cidade, nomeadamente a “Calçada de Cones”, na Freguesia de Maximinos, relativamente ao alargamento da estrada. Sendo uma área envolvente à estação de caminhos de ferro, seria uma alternativa ao congestionamento que acontece diariamente na “rua do Caires”, afirmando ainda, ser uma necessidade à muito identificada e por isso indicou não entenderem as razões ao final de “tantos anos” sem nada ter sido feito. Em seguida, referiu a “Rua Frei José Vilaça”, onde também indicou não entender que numa via com tanto movimento, de acesso a uma área tão importante de conexão às “vias rápidas”, passados seis meses não teria ainda sido intervencionada. Questionou quais as razões afirmando que a Empresa Municipal AGERE, teria realizado trabalhos e não teria deixado “a estrada em condições de circulação”. Por fim, questionou quais as razões para as

diversas intervenções nas estradas municipais, cujo orçamento já teria sido aprovado, indicando que pelo menos três delas já deveriam ter iniciado as obras no passado mês de abril e até ao momento em nenhuma seria visível qualquer intervenção. Em resposta, o **presidente da Câmara, Ricardo Rio**, esclareceu relativamente à “Calçada de Cones”, que parecia fácil de resolver, mas não era, explicando que para procederem ao alargamento da via seria necessário a concordância de todos os proprietários. Afirmou que, esses contratos vinham a ser “negociados ao longo dos anos pelo município em parceria com a Junta de Freguesia de Maximinos”, referindo ter indicações que esse processo estaria pendente por um único acordo, que carecia de decisões do setor de Urbanismo da Câmara Municipal. Reforçou ainda que, assim que esse entendimento fosse alcançado, estariam reunidas as condições para o projeto, já pronto, avançar. Relativamente à “Rua Frei José Vilaça”, explicou que essa via pertencia à esfera das Infraestruturas de Portugal e não ao município, afirmando terem existido algumas intervenções nessa via por parte da Empresa Municipal AGERE e após apuramento das sinuosidades resultantes, foi sinalizada a AGERE, tendo sido feita uma primeira intervenção, afirmando que seria reparada brevemente. Em relação às restantes vias, indicou que aguardavam toda a tramitação, assim como a aprovação do tribunal de contas. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, indicando um caso que veio para a comunicação social, envolvendo um colaborador da Câmara Municipal, sugerindo o eventual afastamento provisório de funções do diretor de comunicação do município, devido a “suspeitas” de envolvimento num caso de falsificação de convites para a Rampa da Falperra. Indicou ainda que “as suspeitas são muito graves” e defendeu que era “urgente e incontornável” que a Câmara apurasse “tudo o que se passou”. Referiu que o diretor de comunicação “dá a cara em nome do município”, pelo que admitiu que, eventualmente, deveria ser afastado de funções, até esclarecimento total da situação. Em resposta, o **presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que a situação não ocorreu no desempenho das funções que o visado exerce no município, sendo antes “algo do seu foro privado”. Acrescentou que o município não iria suspender um colaborador por “alegadas suspeitas, que decorreram da sua vida privada e que não estariam provadas. Afirmou também, que a Câmara não investigava a esfera da vida privada dos seus colaboradores”, acrescentando e lembrando ainda o princípio da “presunção da inocência”. Por fim, tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que iniciou retomando uma assunto da reunião da câmara anterior, “as obras no Bairro das Enguardas”, indicando ter sido anunciado que seria um regime aplicado em outros bairros, reforçando que o que pretendia seria esclarecer, se seria do conhecimento dos moradores os termos deste regime relativamente aos direitos de propriedade por via da intervenção do PRR, indicando ter conhecimento do descontentamento dos moradores que “afirmaram que apenas na assinatura dos contratos é que a

questão teria sido colocada e assim teriam tido conhecimento”. De seguida indicou que, uma vez mais trazia o assunto da “Ribeira de S. Vitor” para questionar sobre um “relatório pormenorizado” realizado pelo Município e que teria tido a concordância final da APPA, sobre o “desaparecimento da ribeira”. Reforçou, o interesse em receber o relatório para poder analisar, indicando já ter feito o pedido ao município e que até ao momento nada lhe tinha chegado. Por fim, relativamente à regularização do trânsito na cidade resultante da ocorrência das obras em várias artérias da cidade, indicando existirem nas diversas vias, marcações provisórias e definitivas, gerando confusão nos cidadãos que as usam dando como exemplo a Av. trinta e um de janeiro, mas também em outros locais da cidade onde existia sinalética já desadequada. Solicitou que fossem clarificadas quais as marcações que deveriam ser seguidas por todos os cidadãos que circulam na cidade. Em resposta, à questão sobre o “Bairro das Enguardas” o **presidente da Câmara, Ricardo Rio**, deu a palavra ao **Administrador da Bragahabit Carlos Videira**, que relativamente a este processo, esclareceu que nas várias assembleias gerais e de condomínio realizadas como os moradores, tinham sido tiradas todas as dúvidas e as questões mais práticas dando como exemplo a “documentação necessária à submissão”, o que não tinha impedido de responder a todas as questões que tinham sido abordados. Afirmou que, “esta questão se constituía apenas como mais um direito de preferência”. Afirmou também, que após o pedido de esclarecimento por escrito ao presidente do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), no mês de fevereiro, que esclareceu após insistência em março, antes do final do prazo para a submissão das candidaturas, indicando que o IRHU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), “tem direito idêntico ao domicílio, em segundo lugar, aplicando-se as mesmas regras, ou seja, o IRHU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), “apenas exercerá a opção de compra caso o município renuncie a esse direito”. Afirmou também que, todas as candidaturas só teriam sido submetidas depois desse esclarecimento ter sido dado a conhecer aos moradores de forma presencial, assim como, aos que teriam solicitado a informação. No que dizia respeito ao “Bairro das Andorinhas”, as candidaturas teriam sido submetidas antes desse esclarecimento por parte do IRUH (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), onde afirmou ter havido uma reunião com a associação de moradores na sede da Bragahabit para esclarecimento, não tendo a Bragahabit recebido até à data, nenhum processo de desistência por parte dos moradores, afirmando ainda não ter sentido “qualquer desconforto por parte dos moradores relativamente a esta questão”. Tomou novamente a palavra o **presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em resposta à questão sobre a “Ribeira de S. Vitor” afirmou que a “ribeira não desapareceu pura e simplesmente”, onde afirmou que, o que resultou da reunião que tinha havido entre o Município e a APPA tinha sido que a ribeira “foi sendo desviada do seu curso natural e encaminhada para coletores pluviais,

por via da construção dos prédios adjacentes. Afirmou que, ao ser feito o reconhecimento da ribeira, constaram que a mesma já não existiria, por “ação humana que antecedeu este executivo”. Tomou a palavra o **Vereador Joao Rodrigues** que esclareceu, que a ribeira não tinha desaparecido para permitir a construção. Afirmou que, de facto a ribeira tinha sido desviada indicando já ter explicado na reunião de câmara anterior, que o levantamento não teria sido feito pela APPA mas sim pelo município, afirmando terem tido uma reunião com a APPA nas suas instalações, onde a APPA teria já um “parecer positivo à quase um ano”, sem essa questão ter sido suscitada por considerarem que a ribeira já não existiria como anteriormente. Explicou uma vez mais que, a ribeira não teria desaparecido, mas sim canalizada para os dezasseis coletores pluviais existentes, indicando que “num deles para a construção do prédio dos moradores que hoje se queixam da construção do ginásio da Supera”. Afirmou também que, a ribeira teria sido desviada por decisões que teriam sido tomadas ao longo do tempo, referindo serem decisões legítimas do ponto de vista legal, quando teria sido permitido a construção da via de acesso ao hospital assim como para a construção do prédio ao lado do terreno onde será construído o ginásio. Afirmou por fim que, não seria pela construção do ginásio que a ribeira teria sido desviada ao longo dos anos e que no momento no mínimo estaria distribuída por dezasseis coletores de águas pluviais. Por fim, lamentou esse desfecho para a ribeira, mas afirmou que “estávamos longe de pensar estarmos sentados nos lugares que estamos hoje e já a ribeira teria desaparecido”. Em resposta à questão efetuada sobre a regularização do trânsito na cidade o **presidente da Câmara, Ricardo Rio**, deu a palavra à Vereadora **Olga Pereira**, que explicou que estaria a ser feito um estudo para perceber a viabilidade da via desce da av. trinta e um de janeiro. Concordou com a confusão que a sobreposição de marcações poderia estar a causar aos cidadãos, mas indicou que “em poucos dias seriam feitas as marcações definitivas.-----

Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foi proposto o seguinte voto de louvor-----

-----Voto de louvor à excelente prestação da equipa de **equipa de Futebol do Sporting Clube** de Braga, que se sagrou **Campeão Nacional de sub 19**, em jogo realizado em Pedroso, no passado dia 19 de abril – **Aprovado por unanimidade-----**

-----Voto de louvor à excelente prestação do atleta Bracarense, **Tiago Leite** que se sagrou no **Campeão de Solo Dance (Patinagem)**, na categoria Iniciados, no Artistic International Series World Cup Trieste 2024, em Trieste, Itália - **Aprovado por unanimidade-----**

-----**Voto de louvor** à excelente prestação da atleta, **Joana Pereira**, acompanhada por **Andreia Venade**, que se sagrou Campeã Nacional Feminina, em classe BC3, em prova realizada em Viseu, no Pavilhão do Instituto Politécnico de Viseu e no Pavilhão da Escola Infante D. Henrique, nos dias 11 e 12 de maio - **Aprovado por unanimidade**-----

-----**Voto de louvor** à excelente prestação do atleta, **José Abílio Gonçalves**, acompanhado por **Paulo Correia**, que se sagrou Campeã Nacional Masculino, em classe BC3, em prova realizada em Viseu, no Pavilhão do Instituto Politécnico de Viseu e no Pavilhão da Escola Infante D. Henrique, nos dias 11 e 12 de maio - **Aprovado por unanimidade**-----

-----**Voto de louvor** à excelente prestação do atleta da atleta, **Beatriz Leite**, acompanhada por **Débora Guimarães**, que se sagrou Campeã Nacional, na classe BC1, em prova realizada em Viseu, no Pavilhão do Instituto Politécnico de Viseu e no Pavilhão da Escola Infante D. Henrique, nos dias 11 e 12 de maio - **Aprovado por unanimidade**-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----
Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 21 de maio de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação das atas nº 60, da reunião ordinária pública de 13 de maio de 2024:** foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

2. **Aquisição da totalidade das participações sociais na SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. com a finalidade de proceder à subsequente internalização dos serviços – Aprovação da Nova Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações.** Presente a seguinte proposta: Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal uma nova minuta do contrato de compra e venda de ações, documento que constitui Anexo 1, e, que, globalmente, é idêntico ao anterior (com exceção do período de validade), cuja concretização implica que o Município Braga, numa

perspetiva integrada, e numa logica de satisfação do interesse público, assuma a gestão dos ativos de infraestruturas sob gestão da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., após o que a mesma será submetida a apreciação da Assembleia Municipal como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria, nos termos do previsto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

3. Adjudicação ao procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à ratificação do Executivo Municipal, a proposta constante no ponto 3º da informação de abertura do procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 15 de março de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha, Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. Aprovação dos aditamentos aos contratos celebrados - CPI/01/24/DCP, relativo ao aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga – ratificação. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a ratificação da decisão de aprovação das minutas dos aditamentos aos contratos celebrados - CPI/01/24/DCP, relativo ao aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 22 de abril de 2024 e

nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues**-----

5. Hasta Pública Concessão de Licença de Ocupação dos Locais de Venda no Mercado Municipal.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, aprovação da concessão de licença de ocupação, em Hasta Pública, dos locais de venda no Mercado Municipal de Braga, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues**-----

6. Desafetação domínio público parcela de terreno no Lugar de Monte da Força, com a área total de 806,00 m2, da União de Freguesias de Merelim (São Paio), Panóias e Parada de Tibães.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à consideração da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área total de 806,00 m2, na Freguesia de Merelim São Paio, atualmente União das Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães, para posterior alienação ao requerente, com vista ao aumento do logradouro do seu lote, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. A Vereadora, Sílvia Sousa do PS, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, o PS fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declaração de voto: Os vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente o Ponto 6 – Desafetação domínio público parcela de terreno no Lugar do Monte da Força, UF Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães, com as seguintes ressalvas: 1. é importante assegurar que, de facto, a área desafetada não terá outro uso que o indicado no processo, em particular, que não haverá construção num contexto de expansão da fábrica ali localizada; 2. é importante que o município encete esforços no sentido de monitorizar a apropriação privada de terrenos públicos, promovendo um contexto de regularização que ressarça o município em benefício de toda a população. Braga, 27 de maio de 2024*”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente**

da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação -----

7. **Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 326 m2, Freguesia Mire de Tibães.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à consideração da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, com área total de 326 m2, na Freguesia Mire de Tibães, para posterior alienação ao requerente para integrar no lote 5, de que é proprietário, destinado a espaço jardimado, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

8. **Resolução de Requerer a Declaração de Utilidade Pública da Expropriação de uma Parcela de Terreno Localizada no Entroncamento da Rua Eng.º Segismundo Lima com a Rua da Residência, Concelho de Braga, Destinada à Resolução do Estrangulamento Existente no Final da Rua Eng.º Segismundo Lima (Limite com o Loteamento com o Alvará Nº 30/99), a Ligação entre os Passeios Existentes dos Loteamentos com o Alvará Nº 30/99 e o Alvará Nº 03/2002, e, ainda, a Ampliação do Espaço Verde Existente.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta em epígrafe, que delibere requerer à Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do código das expropriações: **a)** Declaração de uso público de desapropriação, na modalidade emergencial, com os motivos explicitados na proposta constante no processo, de parcela de terreno, omitida no cadastro, conforme Registro Predial, com área de 247,10 m2, localizado sem matrícula da Rua Eng.º Segismundo Lima com a Rua da Residência, Concelho de Braga. **b)** O poder administrativo de propriedade para expropriar bens, em face da fundação da organização. **c)** Aprovação do valor de 22.068,60€ (ganhos e dois milhões, sessenta e oito euros e sessenta centavos) relativo a envios para apoio à expropriação, conforme Relatórios de Validação do perito validador.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. **Classificação da Quinta da Torre do Enxido da Rua do Enxido, da União de freguesias de Crespos e Pousada como Conjunto de Interesse Municipal – Início de procedimento.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de classificação como Conjunto de interesse municipal da Quinta da Torre do Enxido, situada na Rua do Enxido – União de freguesias de Crespos e Pousada, nos termos do disposto no n.º 3.º do art.º 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. **CPE.01.23. DMOSM: Empreitada de “Residência universitária confiança” - Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a empreitada identificada em epígrafe. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

11. **Projeto da Terceira Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação – Consulta Pública.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta para a submissão do projeto de regulamento em epígrafe a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

12. **Projeto da Primeira Alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Arrendamento Acessível – Consulta Pública.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta para a submissão do projeto de regulamento em epígrafe a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

13. **Regulamento do Arquivo Municipal de Braga – Aprovação Final.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

o presente regulamento, e tendo em vista o estabelecido na alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”

Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação-----

14. Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, em sequência das alterações legislativas sofridas, nomeadamente ao nível da organização operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil através do Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11- 07. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**

15. Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM). Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal a proposta do Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM), em anexo, para o qual se remete e que faz parte integrante da presente Proposta”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues-----**

16. Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024: **a)** Merelinense Futebol Clube; **b)** Associação de Voleibol de Braga; **c)** Associação Moto Clube de Braga”. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

17. Contratos de Dinamização Cultural. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de

12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, no valor de 15.000,00€ (Plano de atividades anual), apoio esse que será pago em três prestações; **b)** Ida e Volta – Associação Cultural e Artística, no valor de 4.500,00€ (Desenvolvimento Plano de atividades), apoio esse que será pago em três prestações. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Deliberado aprovar por unanimidade -----

18. Contratos de Desenvolvimento Económico: Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de desenvolvimento económico, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com a alínea m), do artigo 23.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** Bicavalaria do Minho Clube 2CV e derivados; **b)** Associação Turismo do Porto. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

19. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias: Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** União de Freguesias de Arentim e Cunha, para execução da obra denominada “Trabalhos de manutenção no Jardim de Infância de Cunha”, no valor de 74 750,00; **b)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Intervenção na cobertura dos balneários e bar do ringue de Penso S. Vicente”, no valor de 31.775,02€. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação** -----

20. Atribuição de apoios financeiros a freguesias: Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Freguesia de Palmeira, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de Viatura para a Unidade Local de Proteção Civil”; **b)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 4 281,49€, para apoiar a “Ornamentação/Mobiliário na Casa Mortuária de Pousada”; **c)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 12 444,40€, para apoiar os “Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos. **Deliberado**

aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação -----

21. Atribuição de apoios financeiros a entidades: Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, o disposto nas alíneas a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga e o facto de a Associação U. Dream se encontrar devidamente registada no RECAM sob o número 239/2016, cumprindo o disposto no artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de **a) Associação U. Dream Portugal**, no valor de 4.000€, para o envolvimento de setenta estudantes da Universidade do Minho, para desenvolvimento de competências de voluntariado em várias Instituições Sociais Locais; **b) Associação Grupo Desportivo e Social de Penso Estevão**, no valor de 40.000€ para renovar, ampliar e melhorar o espaço e as condições da Associação de forma a dar uma resposta mais eficaz e eficiente; **c) Comissão de Proteção ao Idoso**, no valor de 8.822,00€, para promover os direitos das crianças e dos idosos. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade-----**

22. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Deferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a) Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º; b) Do n.º 4 do artigo H-1/16º - reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal - mapas em anexo”.** **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

23. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Indeferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º e no artigo H-2/5º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado indeferir por unanimidade.-----**

24. Atribuição de Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola Não Agrupada para aquisição de material de desgaste necessário à realização das Provas de Aferição do 2º Ano – 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2023/2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola Não Agrupada para aquisição de material de desgaste necessário à realização das Provas de Aferição do 2º Ano – 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2023/2024. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”.

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

25. Normas programa [inclu]IR - Edição Verão 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Normas de participação para o desenvolvimento do programa de férias [inclu]IR na interrupção letiva do Verão de 2024, ao abrigo das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

26. Concurso Sonhos Nos Pés 2024 - Pagamento de Prémios Ex Aequo e Atribuição de Menções Honrosas. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação e aprovação pelo Executivo Municipal, a proposta relativa à atribuição de Prémios Ex Aequo e de Menções Honrosas no âmbito da Gala Final da última Edição do Concurso Sonhos nos Pés, nomeadamente autorizando-se o pagamento dos Prémios aos concorrentes vencedores com igual mérito, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar e autorizar por unanimidade.** -----

27. Normas de Participação - Concurso A(R)Riscar 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de Normas de Participação do Concurso A(r)risar 2024. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

28. Alteração às Normas de Participação - Concurso Jovens Criadores 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da proposta de alteração às Normas de Participação do Concurso Jovens Criadores 2024 - Edição de 2024, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

29. Normas de participação do “I Festival da Juventude Braga” na área alimentar - street food e bebidas. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de normas de participação do “I Festival da Juventude Braga” na área alimentar - street food e bebidas. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Maria Helena Teixeira, Diogo Cunha e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

30. Voto de pesar pelo falecimento de Margarida Costa. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de voto de pesar pelo falecimento da Margarida Costa. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

31. Voto de louvor a Sofia Damiana Pires de Jesus. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de voto de louvor a Sofia Damiana Pires de Jesus. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

32. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Alberto Abreu Cerqueira**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais e que mencionou levar um assunto relacionado com as obras do “Bairro Social das Enguardas”, referindo ter sido nos anos noventa um dos integrantes no desenvolvimento da cidade de Braga a nível de projetos como o Teatro do Circo. Em dois mil e treze aconteceu “vendaval no Bairro Social das Enguardas” onde o presidente à data, realizou uma intervenção no bairro, onde teria “reabilitado o bairro por completo” incluindo os telhados. Referiu de seguida, que passados treze anos, indicando ter dez por cento de incapacidade, estando por isso reformado e com um problema. Afirmou que, em dois mil e dezasseis teria sido lançado um projeto pelo Sr. Eng. Nelson Pinheiro juntamente com o arquiteto, representante da Bragahabit, que iniciou em dois mil e dezassete e consequentemente em dois mil e dezoito deu-se início a uma intervenção nas habitações do Bairro Social das Enguardas e essa intervenção foi efetuada em quatro blocos pertencentes à Bragahabit. Nesses quatro blocos foram feitas “umas pinturas, trocaram uma janelas e reabilitaram o interior dos apartamentos dos moradores da ação social que pagam rendas à Bragahabit que continuaram a residir nas mesmas. Questionou de seguida, quem “teria removido as telhas nessa intervenção, afirmando que “as telhas seriam as mesmas da intervenção feita em dois mil e três”. Referiu que, na sequência teria havido uma reunião de assembleia na “escola primaria”, seguindo-se “outra particular para proprietários”, onde o cidadão Alberto Abreu Cerqueira, teria “confrontado” o Sr. Administrador da Bragahabit, questionado se seria possível que este lhe fornecesse alguns dados dentro do enquadramento legal sobre esse projeto. Afirmou ter sido “ignorado” e relatou ter de recorrer o noticias na internet e jornais para “entender este projeto”. Nessas noticias, conseguiu ter acesso ao caderno de encargos inicial, indicando morar no Bloco F, onde entendeu que este bloco não teria tido nenhuma intervenção nas “partes comuns” do prédio. Afirmou que, o prédio estaria realmente degradado e que houve uma reunião onde se deparou com um contrato com algumas burocracias” e sem “saber o que fazer”, iniciou uma “investigação” onde se deparou que na alínea três do artigo setenta e três do decreto de Lei trinta e sete/dois mil e dezoito de quatro de julho”, constava que ficariam

“presos por quinze anos”, tendo feito de seguida uma exposição ao órgão de comunicação social “SIC”. No seguimento dessa entrevista dada, houve uma reunião com os moradores do prédio para a criação de condomínio que não existiria. De seguida, explicou que com a criação desse mesmo condomínio no seu entender seria mais “fácil tratar de todas as questões burocráticas com a Bragahabit”. Afirmou de seguida que, teria ficado surpreendido ao perceber que desde dois mil e dezanove, alguns dos moradores do referi bloco (Bloco F), pagariam condomínio à Bragahabit.” Sem saber bem o que fazer, deixou andar”. Afirmou também que, nessa mesma reunião “todos teriam aceite as condições” e o então projeto teria avançado. Afirmou também que “recentemente” teriam tido uma outra reunião com a Bragahabit, onde lhes teria sido proposto uma alteração no caderno de encargos. Indicou ter os dois cadernos de encargos “com ele” onde os valores seriam os mesmos, mas teriam retirado algumas das intervenções a realizar. Afirmou também que, comparados os valores apresentados com valores pagos em outros blocos já intervencionados, existia uma diferença desproporcional, questionando se “há alguma empresa para demolir o que já está feito ou se vai haver uma empresa para resolver o problema”. Afirmou assim, ser essa a grande questão do Bairro Social das Enguardas. Por fim, referiu uma “grafite” que teria sido elogiado pelo Sr. Presidente de Câmara, feito numa das paredes do prédio onde teriam sido gastos “setenta e um mil euros”, indicando não saber se teria sido no total com as obras efetuadas no jardim de infância. Neste sentido, indicou ter ficado com dúvidas relativamente ao caderno de encargo, se o prédio iria se “pintado” ou se seria “colocado um acrílico para proteger o grafite como se fosse um museu”. De seguida, tomou a palavra o **cidadão Paulo Jorge Martins Rafael**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais e iniciando com uma notícia de quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro sobre o projeto primeiro direito, que fazia referência a alguma desinformação relativamente a esse processo. De seguida, leu o artigo referido e no final afirmou que se houvesse alguma desinformação nesse processo seria da “responsabilidade do Sr. Arquiteto Nuno e do Eng. Nelson Pinheiro assim como do Sr. Administrador da Bragahabit, Carlos Videira”, que provavelmente não teriam informado a Câmara Municipal de Braga”. De seguida, voltou a citar o artigo onde referiu dizer “são eles que vão ficar com os blocos degradados, é um modelo que preconiza as condições de dignidade aos moradores”, onde convidou todos os partidos e jornalistas presentes a visitar o “Bairro Social das Enguardas”, onde poderia ver e fotografar as partes comuns e escadas dos blocos que iriam ser intervencionados por não terem “condições”. Afirmou que, nos cadernos de encargos estavam “mencionadas obras nas partes comuns e nas escadas, obras essa já feitas e suportadas pelos proprietários que teriam de pagar neste projeto 28.541€ e que só na entrada do seu bloco (entrada 3), ficando registado em ata que a sua parte seria de 10.633 €, referindo serem estimativas. Indicou, ter havido uma reunião em finais de janeiro do corrente na Bragahabit com o Sr. Administrador Carlos Videira, a fim de esclarecer “alínea três do artigo setenta e três do decreto de Lei trinta e sete/dois mil e dezoito de quatro de julho”, afirmando ter tido uma resposta “muito pronta com arrogância e prepotência: Vocês julgam-se diferentes dos outros bairros do Porto, Gaia, Maia, Andorinhas, bairros esses que não causaram problemas”. Afirmou que, se falava em “combater os estigmas nos bairros sociais e de seguida subestimam as pessoas dos bairros sociais”. Considerou também que, ao fim de “tantos anos” as necessidades do Bairro Social das Enguardas seriam do

conhecimento dos intervenientes da Bragahabit anteriormente referidos e que os cadernos de encargos deveriam ir ao encontro das necessidades de cada bloco. De seguida, tomou a palavra o **Administrador da Bragahabit, Carlos Videira**, em resposta aos cidadãos, onde explicou que relativamente à retirada dos “telhados de fibrocimento” era uma questão incluída no “Plano de Segurança e Saúde”, explicando que após a retirada o que lhes tinha sido transmitido pelo Professor Vasco Freitas, perito em eficiência energética, tinha sido que ainda poderiam existir “resquícios” e que aproveitariam essa oportunidade para retirar o restante, afirmando que essa questão teria sido incluída no “Plano de Segurança e Saúde”, e caso se verificasse a existência desses mesmos resquícios seriam retirados e esse valor já estaria contemplado no referido plano. Caso não houvesse essa necessidade não seria executado. Relativamente ao que foi referido pelos cidadãos como caderno de encargo de dois mil e dezasseis, afirmou não ser um caderno de encargos, mas sim um relatório do Professor Vasco Freitas, que como perito de eficiência energética, colabora com a Bragahabit nessas questões e faria menção a uma dissertação de mestrado apresentada pelo Engenheiro Rui Pinheiro, mas seria apenas uma referência bibliográfica do relatório e que efetivamente esse relatório serviria como base à eficiência energética pois as intervenções a nível do primeiro direito teriam de ter um enquadramento de dez por cento para serem alusivas e novos cadernos de encargos seriam então elaborado em dois mil e vinte e dois, com valores em estimativa relativamente altas, isto porque, teriam sido avisados pelo IRHU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) que, no âmbito das candidaturas aprovadas não haveria lugar a pagamento a trabalhos complementares. Referiu ainda que, tendo em conta o tipo de intervenções, o valor de referência por metro quadra teria sido definido pelo IRHU(Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) e entenderam que deveriam lançar um caderno muito completo com um valor relativamente confortável, para que permitisse efetivamente baixar os valores, sendo que naturalmente haveriam “coisas” essenciais, “coisas” que já teriam sido feitas mas que acusavam algum “nível de corrosão”, sendo aproveitado o financiamento do “primeiro direito” e não esperariam a obrigatoriedade da lei de “obras de conservação”. Afirmou também que, os cadernos de encargos teriam sido publicados nos jornais, teriam estado disponíveis para consulta na sede da associação de moradores do “Bairro Social das Enguardas”, indicando que “os que lá estão são os originais porque não existem novos cadernos de encargos”. Referiu que, efetivamente teria havido essa reportagem do canal de comunicação SIC, mas que as reuniões de condomínio já estariam convocadas desde o dia vinte e seis de abril e convocadas pela Bragahabit, que teriam como ponto na ordem de trabalhos, a anulação das deliberações sobre a realização das obras. Afirmou também, que essa anulação teria sido tomada por todos os blocos (A, B e E), que teriam determinado que não pretendiam fazer intervenções, indicando que nestes blocos as obras não iriam avançar por solicitação dos condóminos. Referiu, terem estado presentes na reunião os blocos C, D, F e G e teria sido deliberado à Bragahabit realizar uma nova reunião para elaboração de novos cadernos de encargos. Referiu ainda que, não estariam ainda elaborados (cadernos de encargos) mas que, nesse dia teria recebido uma convocatória para uma reunião com elementos do departamento de manutenção, obras e projetos da Bragahabit, onde estaria também presente o Professor Vasco Freitas da

faculdade de Engenharia do Porto, para a elaboração de novos cadernos de encargos, reunião essa a realizar no dia “cinco de junho da parte da tarde”. Indicou também, que só após esta reunião e só depois de existir no mínimo um consenso sobre as intervenções consideradas necessárias fazer e que garantem financiamento das pessoas que se candidataram, seria marcada uma nova assembleia de condóminos e poderia ou não ser aprovado o novo caderno de encargos que ainda não estaria elabora. Afirmou por fim, que apenas iria acontecer nos blocos C, D, F e G e por decisão unanime de todos os condóminos pois a Bragahabit estaria em minoria. Reforçou que, no momento não existiriam cadernos de encargos aprovados, existiam sim reuniões para atualização de novos cadernos encargos e afirmou não haver nenhuma intervenção prevista pois nenhuma delas estaria aprovada unanimidade.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 20h15 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 62/2024

Reunião Ordinária Pública de 12 de junho de 2024

Ao décimo segundo dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, no Multiusos da Junta de Freguesia de Tebosa, em Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Maria Helena Fernandes Teixeira**, **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Iniciou o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para agradecer a disponibilidade da junta de freguesia de Tebosa em acolher todos os presentes dando abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

---- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que agradeceu ao presidente da Junta de Freguesia de Tebosa pela hospitalidade, e expôs três assuntos. Como primeiro ponto abordou o tema da Escola Básica do 1º ciclo da Sé, que devido às obras de reabilitação em curso, as 214 crianças estão obrigadas a brincar num espaço fechado de apenas 200 metros quadrados. Referiu, ainda, que esta é uma situação insustentável e que gerou revolta entre os pais e encarregados de educação, dado que já criaram uma petição online para exigir um espaço adequado para as crianças brincarem. Relembrou que brincar é

essencial para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças e que a importância de brincar está consagrada na Declaração Universal dos Direitos das Crianças e na Convenção sobre os Direitos da Criança. Ricardo Sousa recordou, também, que em reuniões anteriores, já tinham alertado o Município sobre esta problemática, e que sempre foi dito “que estava tudo devidamente negociado com todas as partes envolvidas, mas o que é certo é que vemos que não é como nos diziam e que as coisas não estavam assim tão bem”, referindo que nada foi feito para mitigar a situação. Durante a intervenção e ainda sobre o mesmo assunto, esclareceu que os encarregados de educação sugeriram o uso do recinto contíguo à escola como alternativa, no entanto, a Câmara afastou essa hipótese, citando a necessidade de solicitar licenças ao Património Cultural, já que o espaço faz parte de uma zona arqueológica. Continuou, de modo a questionar se o espaço pode ou não ser usado pelo município e pelos seus habitantes, uma vez que na Feira Romana, o mesmo espaço foi usado, o que “traz, naturalmente, dúvidas aos pais”. Finalizou o assunto apelando à Câmara Municipal para que se mostre sensível e responsável em relação a esta questão, pois deve-se explorar todas as alternativas viáveis e imediatas para proporcionar às crianças um espaço adequado onde possam brincar e desenvolver-se de forma saudável.” Acrescentou que mesmo após a conclusão das obras esta solução terá de ser equacionada e que espaços de recreio não são só campos desportivos, “existem outras formas que não exigem grandes investimentos e possibilitam esse recreio necessário”. No segundo assunto solicitou alguns esclarecimentos adicionais sobre o projeto de requalificação e ampliação do Pavilhão Flávio Sá Leite, onde começou por aplaudir a decisão de apoiar um clube como o ABC, que é uma verdadeira bandeira do nosso país, um clube que não só “forma campeões no desporto”, como também “ajuda a cidade de Braga a ter atletas mais bem formados e capacitados”. Indicou que este é um projeto de futuro e que trará responsabilidade ao próximo executivo. Acerca deste assunto, interrogou se a gestão do novo Pavilhão Sá Leite continuará a ser feita pelo ABC, como tem sido até agora, ou se está prevista alguma mudança na administração do espaço após a conclusão das obras. Contou que, há alguns anos, o Município de Braga tinha prometido a criação de um pavilhão municipal e outro de ginástica acrobática, no Campo dos Makes de Fraião e questionou se a requalificação do Pavilhão Sá Leite eliminaria algum destes pavilhões anteriormente prometidos, ou se este investimento acrescia, e se teríamos para breve a construção dos outros dois pavilhões. Perguntou, também, se além das atividades do ABC, estava prevista a utilização do pavilhão por outras entidades ou para outros eventos desportivos e comunitários. Como terceiro ponto voltou a aplaudir as requalificações dos pólos desportivos, um esforço essencial para garantir que estes locais permaneçam adequados e seguros para uso contínuo. Informou que o investimento realizado pelo anterior executivo socialista, em construções desportivas, mostrou-se

visionário ao criar infraestruturas que ainda hoje são fundamentais para a cidade, e referiu que o partido ficou muito satisfeito ao saber que o atual executivo reconhece e continua a valorizar essas estruturas, promovendo a sua requalificação. Informou que para um planeamento adequado e eficiente dos investimentos futuros, é essencial terem acesso à Carta Desportiva do município. Prosseguiu com a intervenção para dizer que, há um ano, foi-lhes informado que a Carta [Desportiva] estava quase pronta, uma vez que os dados que possuíam, estavam desatualizados. Quis, então, questionar se após este ano, já seria possível terem acesso a essa Carta atualizada, referindo que a disponibilidade da mesma era crucial para permitir avaliar de forma precisa as necessidades de requalificação e expansão dos espaços desportivos do município. Reforçou, ainda, a proposta de abertura dos espaços desportivos escolares ou das freguesias à comunidade, dado que, será uma medida que considera vital para a democratização do acesso ao desporto e para o aproveitamento das infraestruturas existentes. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que iniciou a intervenção com um agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Tebosa pela hospitalidade, e prosseguiu para relembrar acerca de um pedido de informação, enviado por email há uma semana, que estava relacionado com o instrumento jurídico que permitiu o exercício de funções de um trabalhador afeto à InvestBraga na Câmara Municipal de Braga, onde solicitaram o estatuto remuneratório da Câmara e respetiva fundamentação. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que iniciou, também, com um agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Tebosa pela receção aos presentes, e abordou o assunto das obras do espaço “Supera” em S. Vitor. Relembrou que nas últimas reuniões de câmara “se falou de um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)” à extinção de uma ribeira naquele local, afirmou, ainda, que é perceptível que corre água no espaço, e explicou que aguarda o parecer da APA prometido na última reunião do executivo, questionando se “do ponto de vista de licenciamento aquele espaço tem as devidas licenças para que a obra tenha avançado”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que tal como os intervenientes anteriores, iniciou com um agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Tebosa pela receção aos presentes, e referiu que em relação às obras na Escola Básica do 1º ciclo da Sé, havia uma solução proposta pelos pais para acautelar a falta de um espaço de recreio, uma vez que as obras começaram em fevereiro, quis questionar o porquê de não ter sido possível atender a “essa pretensão dos pais e da escola quanto a esse espaço de recreio e porquê que esta situação não foi prevista desde logo no projeto que antecedeu a execução das obras”. Afirmou, também, que a situação da escola da Sé revela “algum atabalhoamento” na maneira como as obras avançaram e que era uma situação que “tinha que ser acautelada”. Perguntou qual a data prevista de conclusão das obras e o que se pretende fazer em relação ao espaço de restauração do Parque da Ponte, uma vez que existiu uma

interrupção da concessão anterior e é “pena que aquele espaço não tenha outra dinâmica”. Finalizou a intervenção ao questionar sobre o relatório da ribeira de S. Vitor, uma vez que, na reunião anterior, tinha sido prometido pelo Vereador João Rodrigues que seria feita uma apresentação desse mesmo relatório na presente reunião. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em resposta às questões levantadas sobre as obras na Escola Básica do 1º ciclo da Sé, esclareceu que a Câmara estava a fazer de tudo para minimizar os impactos sobre o funcionamento da escola decorrente das obras, sempre em diálogo com a Junta de Freguesia, com a Direção do Agrupamento e com a Coordenação da escola. Explicou que algumas das soluções apresentadas, do ponto de vista da disponibilização de recreios alternativos, foram inibidas pela coordenação da escola não havendo apenas responsabilidade do município pelo facto de não ter existido essa alternativa. Prosseguiu, para responder à questão do pavilhão do ABC, onde afirmou que o mesmo continuará a ser gerido integralmente pelo ABC após as obras de requalificação do recinto desportivo. Revelou, ainda, que não faz parte dos planos do seu executivo a construção de um pavilhão multiusos na cidade, justificando que tal projeto não fez parte do programa eleitoral da Coligação Juntos por Braga. Em relação ao pavilhão da ginástica contou que já houve várias interações que levaram a reformulações diversas do projeto, mas que neste momento está relativamente estabilizado. Relativamente à Carta Desportiva, o Presidente passou a palavra à **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que justificou que o documento teria sido apresentado em dezembro de 2023, “não fosse a situação de baixa médica, de vários meses, do técnico da Câmara Municipal encarregue da sua elaboração”. Adiantou que o levantamento dos equipamentos desportivos está feito, faltando apenas o das coletividades existentes no concelho, por atraso na prestação de informação de algumas delas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em relação ao recurso humano da InvestBraga, esclareceu que vai ser emitida a resposta e que não há nenhum instrumento jurídico, “porque desde logo a pessoa em causa nunca exerceu funções vinculadas à Câmara”, em todo o período exerceu funções sobre a tutela da Investbraga, a “sua alocação à Câmara Municipal foi mais funcional do que contratual”, e explicou que, durante todo o período, recebeu como colaborador da Investbraga, “como sempre aconteceu com as condições remuneratórias que lhe fixaram a quando da sua contratação”, esclarecendo que existem mais dois casos idênticos. Para responder às questões do relatório da ribeira de S. Vitor, o Presidente da Câmara, Ricardo Rio, deu a palavra ao **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que esclareceu que a obra “Supera” está devidamente licenciada e que sobre isso “não há nem nunca houve dúvidas”. Quanto às linhas de água o Vereador afirmou que, na última reunião de Câmara, disse que fazia questão de trazer o relatório, “mas que entretanto emitiram um relatório mais pormenorizado e com mais páginas e mais

evidências para a APA” e andou, nestas últimas semanas, a pedir à APA que lhe desse um “ok” ao relatório que a Câmara enviou, “mas a APA ainda não o fez”. Realçou, mais uma vez, que no referido relatório se demonstra a evidência que naquele local existe água, como foi dito pelo Vereador, Artur Feio, mas a questão que se coloca é, “se essa água seria de uma linha de água pública, de uma ribeira, ou se pelo contrário, como entendem os técnicos do Município a água que ali corre é água proveniente de vários coletores pluviais que foram nascendo ao longo das últimas três décadas naquela zona devido à massificação da construção naquele local”. Repetiu que “o parecer positivo da APA existe e está depositado no processo administrativo de licenciamento na Câmara há vários meses, parecer sem o qual “não teríamos emitido o Alvará de obras”. Finalizou informando que a questão que se coloca é perceber o porquê de a APA ter considerado que aquilo era uma linha de águas pluviais e porquê que o município considerou também que aquilo era uma linha de águas pluviais. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para questionar se a APA fez uma visita ao terreno antes de emitir o parecer. Em resposta, o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, diz não ter conhecimento se, de facto, se deslocaram ao local ou não, uma vez que esse controlo não depende dele. Afirmou, também, que a equipa de planeamento do Município se deslocou ao local, não só onde passa a linha de águas pluviais, mas também onde passa a linha de águas fluviais, percorrendo todo o percurso escrito na carta militar de 1957 que foi válida até 1997 e que, a partir daí, os poucos documentos que referem aquela linha de água como sendo pública reportam sempre à carta militar que deixou de produzir efeito. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que reiterou que do ponto de vista público, há coisas que importam esclarecer pela sensibilidade do processo, que este é o momento dos esclarecimentos e que para isso “necessitam dos documentos o mais breve possível para esclarecimento dos moradores”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para responder à questão do espaço de restauração do Parque da Ponte, onde informou que não houve nenhuma interrupção da concessão, mas sim uma cessão de atividade do concessionário anterior, que fez um trespasse para um outro proprietário. Explicou, também, que neste momento tem havido interações entre esse novo proprietário da concessão e o município de Braga, porque o novo proprietário entende que, para revitalizar o espaço, tem de dar outra dinâmica, com a abertura de um restaurante de marca, e que necessita de fazer alterações ao espaço do próprio restaurante, o que está a ser avaliado pelos serviços do município com a divisão do património e do centro histórico que acompanhou a elaboração do projeto para viabilizar, ou não, o que tem sido apresentado como pretensão do novo proprietário. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 06 de junho de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. Relatório de Contas Consolidadas de 2023. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Contas Consolidadas de 2023, de acordo com o n.º 2 do artigo 76º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com as disposições da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. Tomou a palavra **O Vereador do PS, Artur Feio** para manifestar preocupação pelo facto do município poder vir a pagar 30 milhões de euros de dívida no próximo mandato, por conta do serviço anual de varredura e limpeza da cidade prestado pela Agere desde 2013 por falta de um contrato programa com a Câmara validado pelo tribunal de contas. Criticou a maioria do executivo e a administração da Agere por passados 11 anos, não terem sido capazes de formalizar um contrato de gestão delegada, levando a que a prestação de serviços seja feita “sem qualquer fiscalização”. Afirmou que todos os anos haverá uma tendência de acumular um valor de dívida de 3,5 milhões de euros o que deixará um problema “O próximo executivo municipal encontrará um esqueleto no armário que vai custar 25 milhões de euros, numa primeira instância, e aquilo que resultar do pagamento dos juros aos privados” Sugeriu a retirada deste ponto da agenda, justificando que o PS “não podia aprovar contas que na prática não estão verdadeiramente consolidadas”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para esclarecer que relativamente à questão da Agere e das contas consolidadas queria destacar que a questão levantada relacionada com o contrato de gestão delegada e à não concretização dos contratos de programa da Agere com a Câmara Municipal e o processo que foi entroposto pelos privados a reivindicar um valor que nunca foi pago mas que foi sempre contabilizado ao longo dos anos, um valor por um serviço que foi prestado à Câmara Municipal afirmando que “esse processo e essa situação em nada tem a ver com a questão das contas terem ou não sido aprovadas em sede dos órgãos da Agere”. Informou que o que está em causa é a questão da liquidação da Braval que está a condicionar o processo de fecho de contas da Braval o que condiciona o fecho de contas da Agere. O presidente da Câmara, Ricardo Rio, passou a palavra ao **Administrador da Agere, Rui Morais**, que explicou que as contas da Agere já estão

fechadas, mas não podem ser votadas internamente enquanto não tiver a aprovação da Braval, que é detida em 79% pela Agere. Em relação aos 30 milhões de euros que a Agere tem a receber da Câmara pelos serviços de varredura, explicou que o município tem a receber 20 milhões de euros. Continuou a intervenção para esclarecer que a empresa é fiscalizada pela Direção-Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas. Quanto ao aumento do custo do serviço de varredura justificou que se deve ao incremento dos custos salariais. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com o voto contra dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

2. Segunda Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024, bem como autorização prévia para a realização da despesa e compromissos plurianuais inscritos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

3. Hasta Pública Concessão do Direito de Exploração do Bar da Piscina Municipal das Parretas e do Bar da Piscina Municipal da Ponte. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, aprovação da concessão em Hasta Pública, o direito de exploração

do Bar da Piscina Municipal das Parretas, sito na Rua de S. Valério, Lugar de Parretas e do Bar da Piscina Municipal da Ponte, sito no Parque da Ponte, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. **Proposta de Prolongamento de dois de Topónimos de Priscos.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de prolongamento de dois topónimos, situados no Lugar de Moimenta, da freguesia de Priscos, designados por “Rua Rosa Vermelha” e “Rua Rosa Amarela”: Prolongamento de Topónimo - Artéria Proposta (A) Rua Rosa Vermelha Início – Rua Rosa Branca Fim – Sem saída. Prolongamento de Topónimo - Artéria Proposta (B) Rua Rosa Amarela Início – Rua Rosa Branca Fim – Sem saída.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

5. **Proposta de atribuição de Topónimo no Lugar do Noval, na União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de toponímica para uma artéria situada no Lugar do Noval, na extinta freguesia de Aveleda, atualmente integrada na União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro. Atribuição de Topónimo Artéria Proposta (A) Viela do Noval Início – Rua do Noval Fim – Sem saída. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

6. **Proposta de atribuição de Topónimo no Lugar de Gregossa, da União de freguesias de Crespos e Pousada.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de toponímica para uma artéria situada no Lugar de Gregossa, da extinta freguesia de Pousada, atualmente integrada na União das freguesias de Crespos e Pousada. Atribuição de Topónimo Artéria Proposta (A) Cangosta Nossa Senhora de Fátima Início – Rua Nossa Senhora de

Fátima Fim – Rua Santo António.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. Proposta de atribuição do Topónimo, para uma artéria localizada no Lugar do Pedregal da freguesia de Sobreposta. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de toponímica para uma artéria situada no Lugar do Pedregal da freguesia de Sobreposta. Atribuição de Topónimo Artéria Proposta (A) Rua do Alto do Monte Início – Rua do Monte Fim – Sem saída.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio à Participação Olímpica e Paralímpica – Aprovação final. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio à Participação Olímpica e Paralímpica, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

9. Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº1e 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga: a) Associação de Futebol de Braga, no valor de 267.532,75€; b) Campeonato de Skate e Breaking - Festival da Juventude, no valor de 4.500,00€.” **Deliberado aprovar por unanimidade a alínea a). Retirada da agenda a alínea b).** ----

10. Contrato de Dinamização Cultural - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ferreiros. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de contrato de dinamização cultural, que tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ferreiros, no valor de 600,00€, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para “Reforço de verba – Projeto – Requalificação e Alargamento da Rua da Agra - Guisande”, no valor de 2 767,00€.” **b)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, para execução da obra denominada “Trabalhos Complementares - Beneficiação da Rua do Matinho - Pousada”, no valor de 15.052,00€. **c)** Junta de Freguesia de Priscos, para execução da obra denominada “Alargamento da Rua dos Carvalhos”, no valor de 20 182,40€. **d)** Junta de Freguesia de Espinho para execução da obra denominada “Alargamento da Rua de S. Martinho”, no valor de 147.593,17€. **e)** Junta de Freguesia de Figueiredo, para execução da obra denominada “Execução do Ramal de Águas Pluviais na Rua das Candeeiras”, no valor de 25.883,08€. **f)** União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para execução da obra denominada “Requalificação e Alargamento da Rua das Agradas”, no valor de 109 824,59€. **g)** União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, para execução da obra denominada “Construção de passeio na Rua Monte Forca / Av. Baltazar Nuno Gomes de Castro – Merelim S. Paio”, no valor de 2.455,49€. **h)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução da obra denominada “Requalificação da Piscina Municipal de Celeirós”, no valor de 4.228,03€. **i)** Junta de Freguesia de Pedralva, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua do Além”, no valor de 119 578,19€. **j)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), para “Honorários/Projeto – Rede de águas pluviais na Rua dos Paulinhos - Cabreiros”, no valor de 3 075,00€. **k)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, para execução da obra denominada “Parque didático da Ponte Pedrinha”, no valor de 30.496,73€.”

Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

12. Atribuição de apoios financeiros a freguesias. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Junta de Freguesia de Figueiredo, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Substituição de abrigo de passageiros na Rua do Pinheiro do Bicho” **b)** Junta de Freguesia de Tebosa, no valor de 135 874,66€, para apoiar a “Construção de ossários e obras de beneficiação no Cemitério Paroquial e na

Capela Mortuária”; **c)** Fornecimento de hipoclorito para as Piscinas das seguintes Juntas de Freguesia: União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, Junta de Freguesia de Lamas, União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União de Freguesias de Arentim e Cunha, União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, Junta de Freguesia de Padim da Graça, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, Junta de Freguesia de Sobreposta e União de Freguesias de Nogueira, no valor de 1.500,00€.”

Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

13. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º - reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal - mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

14. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de indeferimento. Presente a seguinte proposta: Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º e no artigo H-2/5º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado indeferir por unanimidade. -----**

15. Acordo de Parceria entre a Universidade Católica Portuguesa — Centro Regional de Braga e a Câmara Municipal de Braga. Presente a seguinte proposta: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, o acordo de Parceria entre a Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional de Braga e a Câmara Municipal de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e dos Vereadores do PS Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge**

Rodrigues. -----

16. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade.

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- **Duas cidadãs**, encarregadas de educação dos alunos da Escola Básica do 1º ciclo da Sé, começaram por agradecer aos Vereadores da oposição por terem abordado o assunto que as trouxe à reunião, a falta de condições de recreio da referida escola, por força das obras que decorrem há cinco meses no estabelecimento de ensino. Consideraram a inexistência de um espaço condigno para brincar nas pausas letivas “um crime muito grave e um atentado contra um direito fundamental das crianças.” Lamentaram que os 214 alunos da escola da Sé tivessem de brincar nos últimos meses num espaço de 200 metros quadrados e mostraram indignação por não terem sido atendidas as sugestões de dois recreios alternativos, o parque da Capela de S. Sebastião e um espaço no Campo das Carvalheiras contíguo à escola. Referiram que as crianças tiveram de passar os recreios num espaço fechado, sem luz natural, quando o terreno contíguo poderia ter sido utilizado. Prosseguiram para relatar que há excesso de ruído provocado pelas obras, impactos negativos ao nível da estimulação motora das crianças, aumento de peso, dores de cabeça e rejeição da escola por parte de alguns alunos. Finalizaram com a questão “chamaram a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Dgeste) para verem as condições que os nossos filhos brincaram durante estes 5 meses?” Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, defendeu que as obras têm sempre transtornos e que, quando é considerado necessário, são encontradas alternativas para as atividades letivas afirmando que “neste caso concreto, as obras foram consideradas compatíveis com as atividades letivas.” Informou ainda que a empreitada será concluída antes do início do próximo ano letivo. Deu a palavra à **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que esclareceu que “apesar da Câmara ter a tutela da escola, não manda na escola, a escola é uma negociação entre a Câmara, entre a direção do agrupamento e a Associação de Pais” indicando que sempre houve por parte da câmara disponibilidade para responder às solicitações dos pais. Informou, que a sugestão do recreio no Campo das Carvalheiras foi rejeitada pela Câmara Municipal por falta de segurança e a outra sugestão, junto à capela de S. Sebastião, teria sido negada pela coordenação da escola. Explicou que o início das obras na escola teve de ser antecipado devido às infiltrações de água registada durante as chuvas do início deste ano. Finalizou para garantir que as crianças vão no imediato ter mais 85 metros quadrados de recreio, a somar aos 200 já existentes, uma

vez que vão ser retirados andaimes da obra. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 19h45 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos.